

BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

KARL MANNHEIM

IDEOLOGIA E UTOPIA

Tradução de
SÉRGIO MAGALHÃES SANTEIRO

Revisão Técnica do
PROF. CÉSAR GUIMARÃES

Segunda edição

ZAHAR EDITORES
RIO DE JANEIRO

verdades mais sustentáveis e, dessa forma, aproximar-se mais do domínio metodológico sobre os problemas em questão.

b) *A Sociologia do Conhecimento e a Teoria da Ideologia*

A Sociologia do Conhecimento está intimamente relacionada, mas se distingue cada vez mais da teoria da ideologia, que também surgiu e se desenvolveu em nossos dias. O estudo das ideologias se atribuiu a tarefa de desvendar os enganos e disfarces mais ou menos conscientes dos grupos de interesse humanos, especialmente os dos partidos políticos. A Sociologia do Conhecimento não está tão interessada nas distorções devidas ao esforço deliberado de iludir, mas nos modos variáveis segundo os quais os objetos se apresentam ao sujeito, de acordo com as diferenças das conformações sociais. Assim, as estruturas mentais são inevitavelmente formadas diferentemente em conformações sociais e históricas diferentes.

De acordo com esta distinção, deixaremos à teoria da ideologia apenas as primeiras formas do "incorreto" e do não-verdadeiro, enquanto a unilateralidade de observação, que não é devida à intenção mais ou menos consciente, será separada da teoria da ideologia, e tratada como objeto específico do estudo da Sociologia do Conhecimento. Na antiga teoria da ideologia, não se fazia distinção entre estes dois tipos de observação e enunciado falsos. Hoje em dia, contudo, é aconselhável separar mais acen-tuadamente estes dois tipos — ambos anteriormente descritos como ideologias. Daí falarmos de uma concepção *particular* e de uma concepção *total* de ideologia. Incluímos na primeira todas as expressões cuja falsidade é devida à ilusão de si mesmo ou de outros, intencional ou não, consciente, semiconsciente ou inconsciente, que ocorre em um nível psicológico e se assemelha estruturalmente à mentira.

Chamamos de *particular* a esta concepção de ideologia porque ela se refere somente a afirmativas específicas que podem ser consideradas como dissimulações, falsificações ou mentiras, sem que com isso se atinja a integridade da *estrutura mental total* do sujeito que as enuncia. A Sociologia do Conhecimento, por outro lado, toma como seu problema exatamente esta estrutura mental *em sua totalidade*, tal como ela aparece nas diferentes correntes de pensamento e grupos histórico-sociais. A Sociologia do Conhecimento não critica o pensamento ao nível das próprias

V. A SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO

1. NATUREZA E ALCANCE DA SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO

a) *Definição e Subdivisões da Sociologia do Conhecimento*

A SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO é um dos mais novos ramos da Sociologia; enquanto teoria, procura analisar a relação entre conhecimento e existência; enquanto pesquisa histórico-sociológica, busca traçar as formas tomadas por esta relação no desenvolvimento intelectual da humanidade.

Surgiu ela no esforço de desenvolver, como seu campo peculiar de pesquisa, aquelas múltiplas interconexões que se tornaram aparentes na crise do pensamento moderno, e principalmente os laços sociais entre teorias e modos de pensamento. Busca, por um lado, descobrir critérios capazes de determinar as inter-relações entre pensamento e ação. Por outro lado, considerando este problema do início ao fim, de maneira radical e sem preconceitos, espera desenvolver uma teoria, apropriada à situação contemporânea, envolvendo a relevância dos fatores condicionantes não-teóricos sobre o pensamento.

Somente desta maneira podemos esperar superar a vaga, mal definida e estéril forma de relativismo face ao conhecimento científico, o qual prevalece cada vez mais hoje em dia. Esta condição desencorajadora continuará a existir enquanto a ciência não lidar adequadamente com os fatores que condicionam cada produto do pensamento — fatores mais claramente evidenciados pelo próprio desenvolvimento mais recente da ciência. Em vista disso, a Sociologia do Conhecimento se atribuiu a tarefa de resolver o problema do condicionamento social do pensamento, reconhecendo ousadamente estas relações, trazendo-as para o horizonte da própria ciência e usando-as para verificar as conclusões de nossa pesquisa. Enquanto as antecipações concernentes à influência do "background" social permaneceram vagas, inexatas e exageradas, a Sociologia busca reduzir as conclusões tiradas a suas

afirmativas, que podem envolver enganos e disfarces, mas as examina ao nível estrutural ou noológico, que vê não como sendo necessariamente o mesmo para todos os homens, mas, ao contrário, como permitindo que um mesmo objeto assuma diferentes formas e aspectos no decurso do desenvolvimento social. Uma vez que a suspeita de falsificação não se inclui na concepção total de ideologia, o uso do termo "ideologia" na Sociologia do Conhecimento não possui intenção moral ou denunciadora. Antes, indica um interesse de pesquisa que leva a se colocar a questão de quando e onde as estruturas sociais vêm expressar-se na estrutura de asserções, e em que sentido as primeiras determinam concretamente as últimas. No domínio da Sociologia do Conhecimentos, iremos, pois, na medida do possível, evitar o uso do termo "ideologia", devido à sua conotação moral, e, ao invés dele, falaremos da "perspectiva" de um pensador. Com este termo queremos referir-nos ao modo global de o sujeito conceber as coisas, tal como determinado por seu contexto histórico e social.

2. AS DUAS DIVISÕES DA SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO

a) *A Teoria da Determinação Social do Conhecimento*

A Sociologia do Conhecimento é, por um lado, uma teoria, e, por outro, um método histórico-sociológico de pesquisa. Enquanto teoria, pode assumir duas formas. É, em primeiro lugar, uma investigação puramente empírica, através da descrição e análise estrutural das maneiras pelas quais as relações sociais influenciam, de fato, o pensamento. O que pode levar, em segundo lugar, a uma inquirição epistemológica voltada para o significado desta inter-relação para o problema da validade. É importante notar que estes dois tipos de indagação não estão necessariamente ligados, podendo-se aceitar os resultados empíricos sem se tirar as conclusões epistemológicas.

O *Aspecto Puramente Empírico da Investigação da Determinação Social do Conhecimento*. De acordo com esta classificação e não levando em consideração, na medida do possível, as implicações epistemológicas, apresentaremos a Sociologia do Conhecimento como uma teoria da determinação social ou existencial do pensamento efetivo. Seria bom começar pela explicação do que significa o termo mais amplo "determinação existencial

do conhecimento" ("*Seinsverbundenheit¹ des Wissens*"). Como um fato concreto, ele pode ser melhor abordado por meio de uma ilustração. A determinação existencial do pensamento pode ser encarada como um fato demonstrado naqueles domínios de pensamento em que podemos demonstrar: a) que o processo de conhecer de fato não se desenvolve historicamente de acordo com leis imanentes; que não procede da "natureza das coisas" ou das "possibilidades puramente lógicas", e que não é dirigido por uma "dialética interna". Pelo contrário, a emergência e a cristalização do pensamento efetivo são influenciadas em muitos pontos decisivos por fatores extrateóricos dos mais diversos tipos. Tais fatores podem ser chamados fatores existenciais, em contraposição aos fatores puramente teóricos. Tal determinação existencial do pensamento também terá de ser encarada como um fato: b) se a influência desses fatores existenciais sobre o conteúdo concreto do conhecimento for de importância não apenas periférica, se eles forem relevantes não só para a gênese de idéias, mas penetrarem em suas formas e conteúdo e se, além disso, determinarem decisivamente o alcance e a intensidade de nossa experiência e de nossa observação, isto é, aquilo a que nos referimos anteriormente como a "perspectiva" do sujeito.

Os Processos Sociais que Influenciam o Processo de Conhecimento. Considerando agora o primeiro conjunto de critérios para a determinação das conexões existenciais do conhecimento, isto é, o papel efetivamente desempenhado pelos fatores extrateóricos na história do pensamento, descobrimos que as mais recentes investigações, empreendidas no espírito da história sociologicamente orientada do pensamento, proporcionam um crescente acúmulo de evidências comprobatórias. Em nossos dias, já parece estar perfeitamente claro o fato que o antigo método de história intelectual, orientado para a concepção *a priori* de que as mudanças de idéias deveriam ser entendidas ao nível das idéias (história intelectual imanente), bloqueava o reconhecimento da penetração do processo social na esfera intelectual. Com a am-

¹ Por "determinação" não nos referimos aqui a uma seqüência mecânica de causa-efeito: deixamos em aberto o significado de "determinação", e somente a investigação empírica nos poderá mostrar até que ponto é estrita a correlação entre situação de vida e processo de pensamento, ou qual a gama de variações existente na correlação. (A expressão alemã "*Seinsverbundenes Wissens*" proporciona um significado que deixa em aberto a natureza exata do determinismo.)

pliação das provas das falhas de tal assumpção apriorística, um número crescente de casos concretos torna evidente que a) tódta formulação de um problema sòmente é possibilitada por uma experiência humana própria efetiva que envolve tal problema; b) a seleção da multiplicidade de dados implica um ato de vontade do sujeito cognoscente; e c) as fôrças que emergem da experiência vivida são significativas para a direção que o tratamento do problema tomará.

Em conexão com estas investigações, tornar-se-á cada vez mais claro que as fôrças vivas e as atitudes efetivas subjacentes às atitudes teóricas não são, de maneira alguma, meramente de natureza individual, vale dizer, não têm sua origem, em primeiro lugar, na tomada de consciência de seus interesses pelo indivíduo, no decurso de seu pensar. Antes, emergem dos propósitos coletivos do grupo, subjacentes ao pensamento do indivíduo, e de cuja visão prescrita êle apenas participa. Neste sentido, torna-se mais claro que não se pode compreender corretamente uma grande parte do pensar e do saber, enquanto não se levar em consideração suas conexões com a existência ou com as implicações sociais da vida humana.

Seria impossível relacionar todos os múltiplos processos sociais que, no sentido acima, condicionam e conformam nossas teorias, e nos confinaremos, portanto, a uns poucos exemplos.

Podemos encarar a competição como um dos casos representativos em que os processos extrateóricos afetam a emergência e a direção do desenvolvimento do conhecimento. A competição² controla não apenas a atividade econômica através do mecanismo do mercado, nem sòmente o curso dos acontecimentos políticos e sociais, mas, igualmente, fornece o impulso motor de diversas interpretações do mundo que, quando se vem a descobrir seu fundamento social, se revelam como expressões intelectuais de grupos conflitantes em luta pelo poder.

Na medida em que vemos êstes fundamentos sociais emergirem e se tornarem reconhecíveis como fôrças invisíveis subjacentes ao conhecimento, compreendemos que pensamentos e idéias não resultam da inspiração isolada de grandes gênios. Mesmo à profunda intuição do gênio estão subjacentes as experiências coletivas históricas de um grupo, as quais o indivíduo toma

² Para exemplos concretos, cf. o artigo do autor "Die Bedeutung der Konkurrenz im Gebiete des Geistigen", *op. cit.*

como dadas, mas que não devem, em condição alguma, ser hipostasiadas como "mente de grupo". Há que observar, numa inspeção mais próxima, que não há apenas um complexo de experiência coletiva com uma tendência exclusiva, como sustentava a teoria do *folk spirit*. Conhece-se o mundo através de muitas orientações diferentes, porque existem muitas tendências de pensamento simultânea e mutuamente contraditórias (de modo algum de valor igual), lutando entre si, com suas diferentes interpretações da experiência "comum". Não se há de encontrar, portanto, a chave dêste conflito no "objeto em si mesmo" (se assim fôsse, seria impossível compreender por que o objeto aparece em tantas refrações diferentes), mas nas várias e diversas expectativas, propósitos e impulsos que nascem da experiência. Se, na nossa explicação, tivermos que nos reportar ao desempenho e contradesempenho dos diferentes impulsos na esfera social, uma análise mais exata mostrará que a causa dêste conflito entre os impulsos concretos deve ser procurada não na própria teoria, mas nestes impulsos variados opostos, enraizados, por seu turno, na matriz global dos interesses coletivos. Estas divergências, na aparência "puramente teóricas", podem, à luz de uma análise sociológica (que descobre os ocultos passos intermediários entre os impulsos originais a observar e a conclusão puramente teórica), ser reduzidas, em sua maior parte, a diferenças filosóficas mais fundamentais. Mas estas últimas estão, por sua vez, invisivelmente guiadas pelo antagonismo e pela competição entre grupos conflitantes concretos.

Para mencionar apenas uma das muitas outras bases possíveis de existência coletiva, das quais podem surgir diferentes interpretações do mundo e diferentes formas de conhecimento, podemos indicar o papel desempenhado pela relação entre gerações diferentemente situadas. Em muitos casos, tal fator influencia os princípios de seleção, organização e polarização das teorias e pontos-de-vista predominantes em uma dada sociedade, num determinado momento. (A êste ponto é dada uma atenção mais detalhada no ensaio do autor, "Das Problem der Generationem".³) Do conhecimento advindo de nossos estudos sôbre competição e gerações, concluímos que o que parece ser, do ponto-de-vista da história intelectual imanente, a "dialética interna" no desenvolvimento das idéias, torna-se, do ponto-de-vista da Sociologia do Conhecimento, o movimento rítmico na his-

³ *Kölner Vierteljahrshefte für Soziologie* (1928), vol. VIII.

tória das idéias enqualto afetadas pela competição e pela sucessão das gerações.

Ao considerar a relação entre formas de pensamento e formas de sociedade, lembraremos a observação de Max Weber⁴ de que o interesse na sistematização pode ser em grande parte atribuído a um "background" escolástico, que o interesse pelo pensamento "sistemático" é correlato ao das escolas científicas e jurídicas de pensamento, e que a origem desta forma organizadora de pensamento repousa na continuidade das instituições pedagógicas. A esta altura deveríamos também mencionar o relevante empreendimento de Max Scheler,⁵ visando a estabelecer a relação entre as várias formas de pensamento e certos tipos de grupos que são os únicos em que elas podem surgir e ser elaboradas.

Isto deve bastar para indicar o que se quer dizer com a correlação entre, por um lado, tipos de conhecimento e de idéias e, por outro, os grupos e processos sociais de que são característicos.

A Penetração Essencial do Processo Social na "Perspectiva" do Pensamento. Os fatores existenciais são de importância meramente periférica no processo social, devem ser encarados, meramente, como condicionando a origem ou o desenvolvimento fatural de idéias (isto é, são êles de relevância meramente genética), ou penetram na "perspectiva" de afirmações particulares concretas? Esta é a questão que ora tentaremos responder. A gênese histórica e social de uma idéia somente seria irrelevante para sua validade última se as condições temporais e sociais de sua emergência não tivessem efeito algum sobre seu conteúdo e forma. Sendo êste o caso, só se distinguiriam dos períodos quaisquer da história do conhecimento humano pelo fato de, no período mais remoto, ainda se desconhecem certas coisas e ainda existirem certos erros, que foram totalmente corrigidos pelo conhecimento posterior. Esta relação simples entre um período de conhecimento anterior incompleto e um posterior completo pode ser, em larga medida, apropriada quanto às Ciências Exa-

⁴ Cf. Max Weber, *Wirtschaft und Gesellschaft*, op. cit., especialmente a parte referente à Sociologia do Direito.

⁵ Cf. principalmente seus trabalhos, *Die Wissensformen und die Gesellschaft*, Leipzig, 1926, e *Die Formen des Wissens und der Bildung*, I, Bonn, 1925.

tas (embora, hoje em dia, a noção da estabilidade da estrutura categórica das Ciências Exatas esteja, em comparação com a lógica da Física clássica, consideravelmente abalada). Para a história das Ciências Culturais, entretanto, os estágios anteriores não são tão simplesmente suplantados pelos estágios posteriores, e não é tão facilmente demonstrável que erros anteriores tenham sido subseqüentemente corrigidos. Cada época tem sua abordagem fundamentalmente nova e seu ponto-de-vista característico, e, conseqüentemente, vê o "mesmo" objeto de uma perspectiva nova.

Por conseguinte, a tese de que o processo histórico-social é de essencial importância para a maioria dos domínios do conhecimento tem apoio no fato de que podemos observar, quanto à maioria das afirmações concretas dos seres humanos, quando e onde surgiram, quando e onde foram formuladas. A história da arte tem mostrado, bastante conclusivamente, que se pode definitivamente datar as formas artísticas de acôrdo com seu estilo, uma vez que cada forma só é possível em condições históricas dadas e revela as características de tal época. O que é verdadeiro quanto à arte permanece válido, *mutatis mutandis*, quanto ao conhecimento. Assim como na arte podemos datar formas particulares com base na sua associação definida com um período particular da história, podemos, no caso do conhecimento, detectar, com crescente exatidão, a perspectiva devida a um contexto histórico particular. Mais ainda, podemos determinar, pela utilização da pura análise da estrutura de pensamento, onde e quando o mundo se apresentou de tal modo, e somente dêste, ao sujeito que fêz a afirmação, e freqüentemente a análise pode prosseguir até que se responda à questão mais inclusiva: por que o mundo se apresentou precisamente de tal modo?

Enquanto a afirmativa (para se citar o caso mais simples) de que duas vezes dois são quatro não indica quando, onde e por quem foi formulada, sempre é possível, no caso de uma obra de Ciências Sociais, dizer se foi inspirada pela "escola histórica", pelo "positivismo" ou pelo "marxismo", e de que estágio, no desenvolvimento de cada um dêstes, ela data. Em afirmativas dêste tipo, podemos falar de uma "infiltração da posição social" do investigador nos resultados de seu estudo e da "relatividade-situacional" ("*Situations-gebundenheit*"), ou a relação destas afirmativas com a realidade subjacente.

Neste sentido, "perspectiva" significa a maneira pela qual se vê um objeto, o que se percebe nêle, e como alguém o cons-

trói em pensamento. A perspectiva é, portanto, algo mais do que a determinação meramente formal do pensamento. Refere-se, também, a elementos qualitativos da estrutura de pensamento, elementos que devem ser necessariamente negligenciados por uma lógica puramente formal. São precisamente tais fatores os responsáveis pelo fato de que duas pessoas possam — ainda que apliquem de forma idêntica as mesmas regras lógico-formais, como, por exemplo, a lei da contradição ou a fórmula do silogismo — julgar o mesmo objeto de forma bastante diferente.

Dentre os traços pelos quais se pode caracterizar a perspectiva de uma afirmação, e dentre os critérios que nos auxiliarão a atribuí-la a uma dada época ou situação, exporemos apenas uns poucos exemplos: a análise do significado dos conceitos utilizados; o fenômeno do contraconceito; a ausência de certos conceitos; a estrutura do aparato categórico; os modelos dominantes de pensamento; o nível de abstração; e a ontologia pressuposta. Por meio de uns poucos exemplos, pretendemos mostrar, no que se segue, a aplicabilidade destes traços e critérios identificadores na análise da perspectiva. Será mostrado, ao mesmo tempo, até que ponto a posição social do observador afeta seu modo de ver.

Começaremos com o fato de que a mesma palavra, ou na maioria dos casos o mesmo conceito, significa coisas muito diferentes quando usados por pessoas diferentemente situadas.

Quando, nos primeiros anos do século XIX, um conservador alemão do estilo antigo falava de "liberdade", queria com isto dizer o direito de cada *Estado* viver de acordo com seus privilégios (liberdades). Se pertencesse ao movimento protestante e romântico-conservador, compreenderia a expressão como "liberdade interna", isto é, o direito de cada indivíduo viver de acordo com sua personalidade individual. Ambos os grupos pensavam em termos do "conceito qualitativo de liberdade" porque entendiam que liberdade significava o direito de manter sua individualidade histórica ou íntima.

Quando um liberal do mesmo período usava o termo "liberdade", estava pensando exatamente em liberdade destes privilégios que ao conservador ao estilo antigo pareciam ser as próprias bases de toda liberdade. A concepção liberal era, então, uma "concepção igualitária de liberdade", para a qual "ser livre" queria dizer que todos os homens têm os mesmos direitos fundamentais à sua disposição. A concepção liberal de liberdade era a de um grupo que buscava subverter a ordem social não-igua-

litária, externa e legal. Por outro lado, a idéia conservadora de liberdade era a de um estrato que não desejava ver quaisquer mudanças na ordem externa das coisas, esperando que os acontecimentos continuassem em sua singularidade tradicional; a fim de sustentar as coisas como estavam, tinham igualmente que desviar as questões referentes à liberdade do campo político externo para o campo não-político interno. O fato de que o liberal visse apenas um, e o conservador visse apenas outro lado do conceito e do problema, está clara e comprovadamente ligado a suas respectivas posições na estrutura política e social.⁶ Em suma, mesmo na formulação dos conceitos, o ângulo de visão é guiado pelos interesses do observador. Isto é, o pensamento é dirigido de acordo com as expectativas de um grupo social específico. Assim, entre os possíveis dados da experiência, cada conceito incorpora apenas aqueles que, à luz dos interesses do investigador, seja essencial dominar e abranger. Daí, por exemplo, o conceito conservador de *Volksgeist* ter sido provavelmente formulado como um contraconceito em oposição ao conceito progressista de "espírito da época" (*Zeitgeist*). A própria análise dos conceitos em um dado esquema conceptual proporciona a mais direta aproximação à perspectiva de estratos distintamente situados.

A ausência de certos conceitos freqüentemente indica não apenas a ausência de certos pontos-de-vista, mas também a ausência de um impulso definido para se atingir uma compreensão de certos problemas vitais. Assim, por exemplo, o aparecimento relativamente tardio do conceito de "social" da história comprova o fato de não se haver até então colocado as questões implicadas no conceito de "social", e, da mesma forma de não existir, até então, um modo de experiência definido, denotado pelo conceito de "social".

Entretanto, não só os conceitos, em seus conteúdos concretos, divergem uns dos outros, como também as categorias básicas de pensamento podem igualmente divergir.

Assim, por exemplo, o conservadorismo alemão do início do século XIX (tiramos a maioria de nossas ilustrações desta época porque ela tem sido, do ponto-de-vista sociológico, mais completamente estudada do que qualquer outra), e quanto a isto também o conservadorismo contemporâneo tende a usar ca-

⁶ Cf. do autor "Das konservative Denken", *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*, vol. 57, págs. 90 e segs.

tegorias morfológicas que não rompem a totalidade concreta dos dados da experiência, mas, pelo contrário, preservam-na em toda a sua singularidade. Opondo-se à abordagem morfológica, a abordagem analítica, característica dos partidos de esquerda, rompeu cada totalidade concreta a fim de atingir unidades menores, mais gerais, que pudessem ser então recombinadas através da categoria de causalidade ou de integração funcional. É nossa tarefa aqui não só indicar o fato de que pessoas em posições sociais diferentes pensam diferentemente, mas tornar inteligíveis as causas de sua diferente ordenação do material das experiências em categorias diferentes. Os grupos de tendência esquerdista tentam fazer algo de novo do mundo como é dado, e, por conseguinte, desviam o olhar das coisas como estão, tornam-se abstratos e atomizam a situação dada em seus elementos componentes, a fim de recombiná-los originalmente. Somente aparece configurativa ou morfológicamente aquilo que estamos preparados a aceitar sem maiores questões e que, fundamentalmente, não desejamos mudar. Mais ainda, pretende-se estabilizar por meio da concepção configurativa justamente aqueles elementos que ainda estão em fluxo e, ao mesmo tempo, invocar a aprovação para o que existe porque é como é. Tudo isto torna bastante claro a que ponto até mesmo as categorias e princípios de organização abstratos, aparentemente tão distantes da luta política, têm sua origem na natureza pragmática e metateórica da mente humana e nos recônditos mais profundos da psique e da consciência. É por isso que escapa à questão falar-se aqui de ilusão consciente, no sentido de criar ideologias.

O próximo fator que pode servir para caracterizar a perspectiva de pensamento é o assim chamado modelo de pensamento; isto é, o modelo implícito na mente de uma pessoa, quando se põe a refletir sobre um objeto.

É bem sabido que, por exemplo, uma vez formulada a tipologia de objetos nas Ciências Naturais, e que as categorias e métodos de pensamento derivados destes tipos se tornaram modelos, intentou-se resolver todos os problemas em outros campos da existência, incluindo o social, através deste método. (Esta tendência é representada pela concepção mecânico-atomista dos fenômenos sociais.)

É importante observar que quando isso aconteceu, como em todos os casos similares, nem todos estratos da sociedade se orientaram, de saída, para este modelo único de pensamento. Durante este período histórico nada se ouvia da nobreza terri-

torial, das classes deslocadas e do campesinato. O novo caráter de desenvolvimento cultural e as formas ascendentes de orientação face ao mundo pertenciam a um modo de vida que não o seu. As formas da ascendente perspectiva de mundo modeladas pelos princípios da ciência natural chegaram a estas classes como se viessem de fora. Na medida em que o intercurso das forças sociais trouxe para a linha de frente da história outros grupos, representando as classes mencionadas acima e expressando sua situação de vida, os modelos de pensamento opostos, como, por exemplo, o "organicista" e o "personalista", foram lançados contra o tipo "funcional-mecanicista" de pensamento. Dessa forma, Stahl, por exemplo, que aparece no ápice deste desenvolvimento, já era capaz de estabelecer conexões entre modelos de pensamento e correntes políticas.⁷

Por trás de cada pergunta e resposta definidas há de se encontrar, implícita ou explicitamente, um modelo de como o pensamento proveitoso pode ser desenvolvido. Se se pudesse traçar em detalhe, em cada caso individual, a origem e o raio da difusão de um determinado modelo de pensamento, descobriríamos a peculiar afinidade que tem para com a posição social de determinados grupos e sua maneira de estes interpretarem o mundo. Com estes grupos queremos referir-nos não apenas a classes, como o faria um tipo dogmático de marxismo, mas também a gerações, grupos de *status*, seitas, grupos ocupacionais, escolas, etc. A menos que se preste cuidadosa atenção a grupamentos sociais deste tipo, altamente diferenciados, e às correspondentes diferenciações de conceitos, categorias e modelos de pensamento, vale dizer, a menos que se refine o problema da relação entre superestrutura e infra-estrutura, será impossível demonstrar que, correspondendo à riqueza de tipos de conhecimento e perspectivas aparecidos no decorrer da história, existem diferenciações similares na infra-estrutura da sociedade. É claro que não pretendemos negar que o mais importante, dentre os grupamentos e unidades sociais mencionados acima, seja a estratificação de classes, uma vez que, em última análise, todos os demais grupos sociais surgem e são transformados como partes das condições mais básicas de produção e dominação. Não obstante, o investigador que, face à variedade de tipos de pensamento, tenta situá-los

⁷ A história das teorias do Estado, principalmente como as vê Oppenheimer, F., em seu *System der Soziologie* (vol. II, "Der Staat"), é um tesouro de material ilustrativo.

corretamente, não pode mais se contentar com o conceito indiferenciado de classe, mas deve considerar as unidades e fatores sociais existentes, além dos de classe, que condicionam a posição social.

Encontra-se outra característica da perspectiva através da investigação do nível de abstração, além do qual uma dada teoria não progride, ou do grau em que ela resiste a uma formulação teórica sistemática.

Nunca é por acaso que uma certa teoria deixa, total ou parcialmente, de se desenvolver para além de um determinado estágio de relativa abstração e oferece resistência a que tendências posteriores se tornem mais concretas, seja censurando esta tendência, ou declarando-a irrelevante. Também aqui é significativa a posição social do pensador.

Pode-se mostrar, precisamente no caso do marxismo e da relação que mantém com as descobertas da Sociologia do Conhecimento, como uma inter-relação só pode muitas vezes ser formulada numa forma de concretude que é própria a um ponto-de-vista particular. Pode ser demonstrado, no caso do marxismo, que um observador, cuja visão esteja presa a uma dada posição social, jamais conseguirá por si mesmo assinalar os aspectos mais gerais e teóricos, implícitos nas observações concretas que realiza. Seria de esperar, por exemplo, que há muito tempo o marxismo tivesse formulado de maneira mais teórica as descobertas fundamentais da Sociologia do Conhecimento concernentes à relação entre o pensamento humano e as condições de existência *em geral*, principalmente porque sua descoberta da teoria da ideologia também implicava pelo menos as preliminares da Sociologia do Conhecimento. Que implicação jamais pudesse ser expressa e elaborada teoricamente, e que, no máximo, apenas foi enunciada parcialmente, deve-se ao fato de que, no momento concreto, esta relação só fôsse percebida no pensamento do oponente. Além do mais, isto foi provavelmente devido a uma relutância subconsciente em meditar sobre as implicações de uma percepção concretamente formulada, até o ponto em que as formulações teóricas latentes nesta percepção fôssem suficientemente claras para produzir um efeito inquietante na posição do próprio pensador. Vemos, assim, como um foco estreito imposto por uma determinada posição e os impulsos dirigidos que governam suas meditações tendem a obstruir a formulação geral e teórica destas visões e a restringir a capacidade de abstração. Há uma tendência a sustentar uma visão parti-

cular imediatamente obtida e a impedir que se coloque a questão sobre se o fato de estar o conhecimento ligado à existência não é inerente à estrutura humana de pensamento em si. Além disso, a tendência do marxismo a se intimidar com uma formulação geral sociológica pode muitas vezes ser ligada a uma limitação similar que um dado ponto-de-vista impõe a um método de pensar. Por exemplo, não se permite a ninguém levantar a questão de se a "reificação" (*Verdinglichung*), tal como foi elaborada por Marx e Lukács, é um fenômeno de consciência mais ou menos geral e se a reificação capitalista é, meramente, uma de suas formas particulares. Enquanto esta forte ênfase na concretude e no historicismo surge de uma localização social particular, a tendência oposta, ou seja o vôo imediato aos mais altos domínios de abstração e de formalização, pode levar, como o marxismo enfatizou acertadamente, a um obscurecimento da situação concreta e de seu caráter único. Isto poderia ser mais uma vez demonstrado no caso da "Sociologia Formal".

Não desejamos de forma alguma colocar em questão a legitimidade da Sociologia Formal como um tipo possível de Sociologia. Quando, entretanto, face à tendência de introduzir maior concretude na formulação de problemas sociológicos, ela se propõe como a única Sociologia, está inconscientemente guiada por motivos similares aos que impediam seu precedente histórico, o modo de pensamento burguês-liberal de ultrapassar, em sua teoria, um modo de observação abstrato e generalizante. Ela se intimida de lidar histórica, concreta e individualmente com os problemas da sociedade, com medo de que seus próprios antagonismos internos, por exemplo os antagonismos do capitalismo, se tornem visíveis. Assemelha-se nisto à crucial discussão burguesa do problema da liberdade, onde normalmente se colocava e se coloca o problema apenas teórica e abstratamente. E mesmo quando colocada dessa maneira, a questão da liberdade é sempre de direitos políticos, antes que sociais, uma vez que se se considerasse a última esfera, os fatores de propriedade e de posição de classe, em sua relação com a liberdade e a igualdade, viriam inevitavelmente a surgir.

Em resumo: a abordagem de um problema, o nível em que vem a ser formulado, o estágio de abstração e o estágio de concretude que se espera atingir estão todos, e da mesma maneira, ligados à existência social.

Seria finalmente apropriado lidar com o substrato subjacente a todos os modos de pensamento, com suas ontologias

pressupostas e suas diferenciações sociais. É precisamente porque o substrato ontológico é fundamentalmente relevante para o pensar e o perceber que não podemos, em espaço limitado, lidar adequadamente com os problemas daí surgidos; reportamo-nos, pois, a estudos mais elaborados em outro local.⁸ Aqui basta dizer que, apesar de se justificar o desejo da Filosofia moderna em elaborar uma “ontologia básica”, é perigoso abordar tais problemas ingênuamente, sem primeiro levar em consideração os resultados sugeridos pela Sociologia do Conhecimento. Pois se abordamos ingênuamente este problema, o resultado quase inevitável será o de, ao invés de obtermos uma autêntica ontologia básica, tornamo-nos vítimas de uma ontologia acidental arbitrária que o processo histórico casualmente nos possibilite.

Estas reflexões devem ser suficientes, a esta altura, para esclarecer a noção de que as condições de existência afetam não somente a gênese histórica das idéias, mas constituem uma parte essencial dos produtos do pensamento e se fazem sentir em seu conteúdo e forma. Os exemplos que acabamos de citar devem servir para esclarecer a estrutura peculiar e as funções da Sociologia do Conhecimento.

A Abordagem Especial Característica da Sociologia do Conhecimento. Duas pessoas, desenvolvendo uma discussão num mesmo universo de discurso — correspondente às mesmas condições histórico-sociais — podem e devem discutir de maneira bastante diversa de duas pessoas identificadas com posições sociais diversas. Estes dois tipos de discussão, isto é, entre participantes social e intelectualmente homogêneos e entre participantes social e intelectualmente heterogêneos, devem ser claramente distinguidos. Não é por acaso que a distinção entre estes dois tipos de discussão foi reconhecida explicitamente como um problema, numa época como a nossa. Max Scheler chamou nosso período contemporâneo de “época da igualação” (*Zeitalter des Ausgleiches*), o que, aplicado a nossos problemas, significa que o nosso mundo é um mundo no qual os grupamentos sociais, que até então viviam mais ou menos isolados uns dos outros, cada qual se tendo, e ao seu modo de pensamento, por absolutos, estão agora, de uma forma ou de outra, se interpenetrando mutuamente. Não apenas o Oriente e o Ocidente, não apenas

⁸ Cf. do autor “Das konservative Denken” (*loc. cit.*, págs. 489 e segs., e principalmente pág. 494), e págs. 116 e segs., 126 e segs., e 217 e segs. deste volume.

as várias nações do Ocidente, mas também os vários estratos sociais destas nações, anteriormente mais ou menos isolados, e, finalmente, também os diferentes grupos ocupacionais dentro destes estratos e os grupos intelectuais neste mundo altamente diferenciado — todos eles foram agora arrancados do estado auto-suficiente e complacente, no qual se tinham por absolutos, e foram forçados a manter a si mesmos e as suas idéias, face à investida destes grupos heterogêneos.

Mas como desenvolvem esta luta? No que se refere a antagonismos intelectuais, eles normalmente o fazem, afora umas poucas exceções, “discutindo sem se reconhecerem”; isto é, mesmo estando mais ou menos cientes de que a pessoa com quem discutem o assunto representa outro grupo, e de que é provável que sua estrutura mental, como um todo, seja muitas vezes bastante diferente quando se discute algo concreto, falam como se suas diferenças se confinassem à questão específica em pauta, em torno da qual se cristalizou seu desacôrdo presente. Desprezam o fato de que seu antagonista difere deles em seu aspecto total e não apenas na opinião acêrca do ponto em discussão.

Isto indica que há também tipos de intercurso intelectual entre pessoas heterogêneas. No primeiro, as diferenças na estrutura mental total permanecem obscuramente no fundo, na medida em que dizem respeito ao contato entre os participantes. Para ambos, a consciência se cristaliza em torno da circunstância concreta. O “objeto” tem um significado mais ou menos diferente para cada um dos participantes porque se desenvolve a partir do conjunto de seus respectivos quadros de referência, e, em consequência, o significado do objeto na perspectiva da outra pessoa permanece, pelo menos em parte, obscuro. Portanto, a “discussão sem reconhecimento” é um fenômeno inevitável da “época da igualação”.

Por outro lado, pode-se abordar os participantes divergentes com a intenção de usar cada ponto teórico de contato como uma ocasião para remover os desentendimentos, averiguando a origem das diferenças. Extrairemos, assim, os pressupostos variáveis implicados nas duas respectivas perspectivas como consequências das duas situações sociais diferentes. Em tais casos, o sociólogo do conhecimento não encara seu antagonismo na maneira usual, de acôrdo como a qual se lida diretamente com os argumentos do outro. Pelo contrário, procura compreendê-lo através da definição da perspectiva total, vendo-a como uma função de uma determinada posição social.

Devido a esse procedimento, tem-se acusado o sociólogo do conhecimento de evitar a questão real, de não se preocupar com o assunto efetivo em discussão, mas de buscar, ao invés disso, por trás do assunto imediato de debate, a base total de pensamento do argüidor, a fim de a revelar como apenas uma dentre muitas bases de pensamento e como não mais do que uma perspectiva parcial. Passar por cima das afirmações dos oponentes e não considerar os argumentos efetivos é, em certos casos, legítimo, onde quer que, devido à ausência de uma base comum de pensamento, não haja um problema comum. A Sociologia do Conhecimento busca ultrapassar a "discussão sem reconhecimento" dos vários antagonistas, assumindo, como seu tema explícito de investigação, a descoberta das origens dos desentendimentos parciais que nunca seriam percebidos pelos disputantes, devido à sua preocupação com o assunto imediato do debate. É supérfluo ressaltar que só se justifica que o sociólogo do conhecimento acompanhe os argumentos até à própria base de pensamento e à posição dos disputantes no caso e enquanto exista uma disparidade real entre as perspectivas da discussão, resultando num desentendimento fundamental. Enquanto a discussão procede da mesma base de pensamento e se situa dentro do mesmo universo de discurso, sua intervenção é desnecessária. Aplicada desnecessariamente, pode-se tornar um meio de desviar a discussão.

A Aquisição de Perspectiva como uma Precondição para a Sociologia do Conhecimento. Para um filho de camponês que cresceu dentro dos estreitos limites de sua vila e que passa a vida inteira no lugar onde nasceu, o modo de pensar e de falar característico a esta aldeia é algo que ele toma inteiramente como dado. Mas para o jovem camponês que vai para a cidade e se adapta gradativamente à nova vida, o modo rural de viver e pensar deixa de ser algo a ser tomado como dado. Conquistou um certo desligamento dêste, e agora distingue, talvez bastante conscientemente, entre modos "rural" e "urbano" de pensamento e de idéias. Há nesta distinção os primeiros indícios daquela aproximação que a Sociologia do Conhecimento procura desenvolver detalhadamente. O que dentro de um dado grupo se aceita como absoluto aparece, a quem está de fora, como condicionado pela situação do grupo e é reconhecido como parcial (no caso acima, como "rural"). Este tipo de conhecimento pressupõe uma perspectiva mais desligada.

Esta perspectiva desligada pode ser adquirida das seguintes maneiras: *a)* um membro de um grupo deixa sua posição social (ascendendo a uma classe mais alta, emigrando, etc.); *b)* alteram-se as bases de existência de todo um grupo com relação a suas normas e instituições tradicionais; *c)* dois ou mais modos socialmente determinados de interpretação, dentro de uma mesma sociedade, entram em conflito e, criticando um ao outro, se tornam mutuamente transparentes e cada um estabelece perspectivas com referência ao outro. Resulta daí que uma perspectiva desligada — através da qual se descobrem os contornos dos modos de pensamento contrastantes — entra na esfera de possibilidade para tôdas as diferentes posições e passa a ser, mais tarde, o modo de pensamento reconhecido. Já havíamos indicado que a gênese social da Sociologia do Conhecimento repousa primariamente na última possibilidade mencionada.

Relacionismo. O que já foi dito dificilmente deixaria qualquer dúvida quanto ao que se tem em mente quando se designa o procedimento da Sociologia do Conhecimento como "relacional". Quando o menino camponês urbanizado caracteriza como "rústicas" certas opiniões sociais, filosóficas ou políticas encontradas entre seus parentes, ele não mais questiona tais opiniões como um participante homogêneo, isto é, lidando diretamente com o conteúdo específico do que é dito. Antes, as relaciona a um certo modo de interpretar o mundo que, por sua vez, está, em última análise, relacionado a uma certa estrutura social que constitui a sua situação. Eis aí um exemplo do procedimento "relacional". Abordaremos mais adiante o fato de que, quando tratamos desta forma com asserções, não está implícito que elas sejam falsas. A Sociologia do Conhecimento somente supera aquilo que, de uma forma tão crua, as pessoas freqüentemente fazem hoje em dia, na medida em que consciente ou sistematicamente subordina todos os fenômenos intelectuais, sem exceção, à seguinte questão: em conexão com que estrutura social surgiram e são válidos? Não se deve confundir o relacionar idéias individuais à estrutura total de um dado objeto histórico-social com um relativismo filosófico que negue a validade de quaisquer padrões e da existência de ordem no mundo. Assim como o fato de toda mensuração no espaço depender da natureza da luz não significa que nossas medidas são arbitrárias, mas

¹ Um bom exemplo é fornecido por Karl Renner, em *Die Rechtsinstitute des Privatrechts* (J. C. B. Mohr, Tübingen, 1929).

apenas que somente são válidas em relação à natureza da luz, da mesma forma se aplica a nossas argumentações não o relativismo, no sentido de arbitrariedade, mas o *relacionismo*. Relacionismo não significa que não haja critérios de verdade e erro numa discussão. Insiste, entretanto, no fato de que é da natureza de certas afirmativas a impossibilidade de se as enunciar de modo absoluto, mas apenas em termos da perspectiva de uma dada situação.

Particularização. Tendo descrito o processo relacional, tal como é concebido pela Sociologia do Conhecimento, inevitavelmente se coloca a pergunta: o que nos pode garantir a validade de uma afirmativa que não conheceríamos se não fôssemos capazes de relacioná-la ao ponto-de-vista do enunciador? Dizemos alguma coisa a respeito da verdade ou falsidade de uma afirmação quando demonstrarmos que deve ser imputada ao liberalismo ou ao marxismo?

A esta questão podem ser dadas três respostas:

a) Pode-se dizer que se nega a validade absoluta de uma afirmação quando é demonstrada sua relação estrutural a uma dada situação social. Neste sentido, há, de fato, na Sociologia do Conhecimento e na teoria da ideologia uma corrente que aceita a demonstração deste tipo de relação como uma refutação da afirmativa oponente, e que usaria tal método como um recurso para anular a validade de todas as afirmações.

b) Pode haver outra resposta, em oposição a esta, ou seja, a de que as imputações, estabelecidas pela Sociologia do Conhecimento, entre uma afirmação e seu enunciador nada nos dizem com referência ao valor de verdade da afirmação, uma vez que a maneira pela qual ela se origina não afeta sua validade. O fato de uma afirmação ser liberal ou conservadora não nos dá, em si ou por si mesmo, nenhuma indicação quanto à sua correção.

c) Há uma terceira forma possível de julgar o valor das afirmações feitas pelo sociólogo do conhecimento, a qual representa o nosso ponto-de-vista. Difere da primeira visão por mostrar que a mera demonstração e identificação fatuais da posição social do enunciador ainda nada nos diz quanto ao valor de verdade de sua afirmativa. Implica, apenas, a suspeita de que esta afirmação poderia representar meramente uma visão parcial. Em oposição à segunda alternativa, sustenta que seria incorreto encarar a Sociologia do Conhecimento como dando não mais que uma descrição das condições efetivas das quais surge a afirmativa (gênese fatural). Toda a análise sociológica do conhecimen-

to completa e profunda delimita, tanto em conteúdo quanto em estrutura, a visão a ser analisada. Em outras palavras, tenta não apenas estabelecer a existência da relação, mas, ao mesmo tempo, particularizar seu alcance e a extensão de sua validade. As implicações deste fato serão, a seguir, desenvolvidas em maiores detalhes.

O que a Sociologia do Conhecimento intenta com sua análise foi claramente exposto em nosso exemplo do jovem camponês. A descoberta e a identificação de seu anterior modo de pensamento como "rural", em contraste com o "urbano", já envolvem a noção de que as perspectivas diferentes não são particulares somente por pressupor esferas diferentes de visão e diferentes setores da realidade total, mas, igualmente, porque os interesses e os poderes de percepção das diferentes perspectivas estão condicionados pelas situações sociais nas quais surgiram e para as quais são relevantes.

Já nesse nível o processo relacional tende a se tornar um processo particularizante, pois não se está somente relacionando a afirmativa a um ponto-de-vista, mas se está, ao fazê-lo, restringindo sua pretensão de validade, antes absoluta, a um âmbito mais estreito.

Uma Sociologia do Conhecimento totalmente desenvolvida segue a mesma abordagem por nós ilustrada acima com o caso do jovem camponês: apenas o faz com um método deliberado. Com o auxílio de uma análise da perspectiva, consistentemente elaborada, a particularização adquire um instrumento orientador e um conjunto de critérios para tratar dos problemas de imputação. O alcance e grau de compreensão de cada um destes vários pontos-de-vista tornam-se mensuráveis e delimitáveis através de seu aparato categórico e da variedade de significados que cada um apresenta. A orientação para certos significados e valores, inerentes a uma dada posição social (o modo de ver e a atitude condicionados pelos propósitos coletivos de um grupo), e as razões concretas das diferentes perspectivas que a mesma situação apresenta para as diferentes posições, tornam-se, assim, ainda mais determináveis, inteligíveis e suscetíveis de estudo metódico, graças ao aperfeiçoamento da Sociologia do Conhecimento.¹⁰

¹⁰ Para maiores detalhes, cf. o tratamento da relação entre teoria e prática, *supra*, Parte III, onde pretendemos desenvolver esta análise sociológica da perspectiva.

Com os refinamentos metodológicos crescentes da Sociologia do Conhecimento, a determinação da particularidade de uma perspectiva torna-se um índice cultural e intelectual da posição do grupo em questão. A Sociologia do Conhecimento avança, por intermédio da particularização, mais um passo em relação à anterior determinação dos fatos, à qual se limita o mero relacionismo. Cada passo analítico empreendido no espírito da Sociologia do Conhecimento chega a um ponto em que esta se torna mais que uma descrição sociológica de fatos que nos informam como certas visões se originaram de um dado *milieu*; ela passa a ser igualmente uma crítica, pela redefinição do alcance e limites da perspectiva implícita em determinadas afirmativas. Neste sentido, as análises características da Sociologia do Conhecimento não são de modo algum irrelevantes para a determinação da validade de uma afirmação; mas, por outro lado, tais análises, por si sós, não revelam completamente a verdade, porque a mera delimitação das perspectivas não é de modo algum um substitutivo para a discussão direta e imediata dos pontos-de-vista divergentes ou para o exame direto dos fatos. A função das descobertas da Sociologia do Conhecimento está, e isto até agora não foi compreendido claramente, entre, de um lado, a irrelevância para o estabelecimento da verdade e, do outro, a total adequação para determiná-la. Tal pode ser demonstrado por uma cuidadosa análise da intenção original das afirmações singulares da Sociologia do Conhecimento e pela natureza de suas descobertas. Uma análise baseada na Sociologia do Conhecimento é o primeiro passo preparatório que conduz à discussão direta, numa época ciente da heterogeneidade de seus interesses e da desunidade de suas bases de pensamento, época que busca atingir essa unidade num nível mais elevado.

b) *As Conseqüências Epistemológicas da Sociologia do Conhecimento*

Sustentávamos, no parágrafo inicial deste capítulo, que era possível apresentar a Sociologia do Conhecimento como uma teoria empírica das relações efetivas do conhecimento com a situação social sem levantar quaisquer problemas epistemológicos. Partindo de tal assumpção, todos os problemas epistemológicos foram evitados ou colocados num segundo plano. É possível tal reserva de nossa parte, e é mesmo desejável tal isolamento artificial de um conjunto puramente abstrato de problemas, na medida em que nosso objetivo seja somente o de uma análise

desinteressada de determinadas relações concretas, sem distorções oriundas de preconceitos teóricos. Todavia, uma vez que as relações fundamentais entre as situações sociais e os aspectos correspondentes estão fidedignamente estabelecidas, nada nos resta senão devotarmo-nos a dar franca relevância às valorações que delas decorrem. Quem quer que tenha condições de captar a interconexão dos problemas que surgem, inevitavelmente, da interpretação de dados empíricos, e quem, ao mesmo tempo, não esteja ofuscado pela complexidade da especialização no ensino moderno — a qual muitas vezes impede um acesso direto aos problemas — deve ser notado que os fatos apresentados na seção denominada *Particularização* são, por sua própria natureza, difíceis de serem aceitos como meros fatos. Eles transcendem o puro fato e exigem maior reflexão epistemológica. Temos, por um lado, o puro fato de que, quando se assinala, por meio da Sociologia do Conhecimento, uma relação entre uma afirmativa e uma situação, existe, contida na própria intenção deste procedimento, a tendência para “particularizar” sua validade. Fenomenologicamente, pode-se tomar conhecimento deste fato sem se questionar a pretensão de validade nêle implícita. Mas, por outro lado, o fato posterior de que a posição do observador influencia os resultados do pensamento, e o fato (intencionalmente tratado por nós em maiores detalhes) de que a validade parcial de uma dada perspectiva é perfeitamente determinável, devem levar-nos, mais cedo ou mais tarde, a levantar a questão da relevância deste problema para a epistemologia.

Nossa opinião, pois, não é que a Sociologia do Conhecimento irá, por sua própria natureza, superar a inquirição epistemológica e noológica, mas, pelo contrário, que ela tem feito certas descobertas que possuem uma relevância mais do que meramente fatural e que não podem ser tratadas adequadamente antes que sejam revistos alguns dos preconceitos e concepções da epistemologia contemporânea. Descobrimos, no fato de sempre atribuímos a afirmativas particulares uma validade somente parcial, aquele elemento nôvo que nos impele a rever os pressupostos fundamentais da epistemologia contemporânea. Estamos aqui lidando com um caso em que a pura determinação de um fato (o fato da parcialidade de uma perspectiva, demonstrável em afirmações concretas) pode tornar-se relevante para a determinação da validade de uma proposição, e em que a natureza da gênese de uma afirmativa pode originar um significado (*wo eine Genesis Sinngenes zu sein vermag*). Isto cria, para se dizer o

mínimo, um obstáculo para a construção de uma esfera de validade na qual os critérios de verdade são independentes das origens.

Será impossível, em termos dos pressupostos dominantes na Filosofia atual, utilizar esta nova visão na epistemologia, por estar a teoria moderna de conhecimento baseada na suposição de que a mera descoberta de fatos não tem relevância alguma para a validade. Sob a sanção deste artigo de fé, qualquer enriquecimento de conhecimento nascido da pesquisa concreta, que — encarado de um ponto-de-vista mais amplo — ouse abrir considerações mais fundamentais, é estigmatizado com o termo “sociologismo”. Uma vez que se decide, e se eleva ao domínio do *a priori*, que nada que tenha relevância para a validade de afirmações pode surgir do mundo de fatos empíricos, tornamo-nos cegos à observação de que este *a priori* mesmo era, originalmente, uma hipostasia prematura de uma inter-relação fatural, derivada de um tipo específico de afirmativa e formulada, apressadamente, como axioma epistemológico. Com a paz de espírito proveniente da premissa *a priori* de que a Epistemologia independe das ciências específicas “empíricas”, a mente se fecha, de uma vez por todas, à percepção que um empirismo mais amplo poderia trazer. O resultado é que se deixa de ver que esta teoria de auto-suficiência, esta atitude de autopreservação, não serve a nenhum outro propósito que o de baluarte para um certo tipo de Epistemologia acadêmica que, em seus últimos estágios, tenta preservar-se do colapso que poderia resultar de um empirismo mais avançado. Os defensores desta visão antiquada menosprezam o fato de que, dessa forma, estão perpetuando não a Epistemologia como tal, que estariam preservando de uma revisão pelas ciências individuais, mas, antes, meramente um tipo específico de Epistemologia, cuja singularidade consiste, apenas, no fato de ter estado anteriormente em conflito com um estágio mais remoto de um empirismo mais estreitamente concebido. Estabilizou, então, a concepção de conhecimento derivada de apenas um segmento específico da realidade e que representava tão-só uma das muitas variedades possíveis de conhecimento.

A fim de descobrir onde a Sociologia do Conhecimento nos pode levar, devemos mais uma vez nos reportar ao problema da alegada primazia da Epistemologia sobre as ciências específicas. Tendo iniciado a discussão do problema com um exame crítico, estaremos em condições de formular, pelo menos esquematicamente, uma apresentação positiva da Epistemologia já

implícita no próprio problema da Sociologia do Conhecimento. Devemos antes aduzir aqueles argumentos que enfraquecem ou pelo menos colocam em questão a autonomia absoluta da Epistemologia quanto às ciências específicas, e sua primazia sobre estas.

Epistemologia e Ciências Específicas. Verifica-se uma dupla relação entre a Epistemologia e as ciências específicas. A primeira, de acordo com suas aspirações construtivas, é fundamental para todas as ciências específicas, uma vez que fornece as justificativas básicas para os tipos de conhecimento e as concepções de verdade e correção em que tais ciências se apoiam, em seus métodos concretos de procedimento, e isto afeta suas descobertas. Entretanto, isto não altera o fato de que toda teoria de conhecimento é, ela mesma, influenciada pela forma assumida na época pela ciência, somente da qual pode obter sua concepção da natureza do conhecimento. Em princípio, sem dúvida, ela proclama ser a base de toda ciência, mas, de fato, é determinada pela condição da ciência em qualquer época dada. O problema torna-se, assim, mais difícil, pelo fato de que os próprios princípios, à luz dos quais se vai criticar o conhecimento, aparecem social e historicamente condicionados. Por conseguinte, sua aplicação é limitada a períodos históricos dados e aos tipos específicos de conhecimento então prevalentes.

Uma vez que tais inter-relações são claramente reconhecidas, não se pode mais sustentar a crença de que a Epistemologia e a Noologia, devido à sua justificável pretensão de desempenharem funções de fundamento, devam desenvolver-se autônoma e independentemente do progresso das ciências específicas, e de que não estejam sujeitas a serem basicamente modificadas por estas. Conseqüentemente, somos forçados a reconhecer que só é possível um desenvolvimento global da Epistemologia e da Noologia se concebermos sua relação com as ciências específicas da seguinte maneira:

Novas formas de conhecimento surgem, em última análise, das condições da vida coletiva e não dependem, para sua emergência, da demonstração anterior de sua possibilidade por uma teoria do conhecimento; elas não necessitam, portanto, de ser primeiro legitimadas por uma Epistemologia. A relação é, na realidade, a inversa: o desenvolvimento das teorias de conhecimento científico nasce da preocupação com os dados empíricos e a sorte das primeiras varia com a dos últimos. As revoluções na Metodologia e na Epistemologia são sempre conseqüências e

repercussões das revoluções nos procedimentos empíricos imediatos para se adquirir conhecimento. Somente através de um recurso constante ao procedimento das ciências empíricas específicas podem os fundamentos epistemológicos tornar-se suficientemente flexíveis e extensos para não somente sancionar as pretensões das formas mais antigas de conhecimento (sua finalidade original) mas, igualmente, dar respaldo às formas mais recentes. Esta situação peculiar é característica de todas as disciplinas filosóficas e teóricas. Sua estrutura é mais claramente perceptível na Filosofia do Direito que pretende ser o juiz e crítico do Direito positivo, mas que, na maioria dos casos, não é efetivamente mais que a formulação *post facto* e a justificação dos princípios do Direito positivo.

Ao se dizer isto, não se está negando a importância da Epistemologia ou da Filosofia como tais. As indagações básicas que empreendem são indispensáveis e, na verdade, quem atacasse a Epistemologia e a Filosofia em termos teóricos não poderia evitar o emprêgo de princípios teóricos. É claro que tal ataque teórico, justamente na medida em que penetrasse em aspectos fundamentais, seria, em si mesmo, uma preocupação filosófica. A cada forma fatural de conhecimento corresponde um fundamento teórico. Esta função básica da teoria, a ser entendida num sentido estrutural, jamais deve ser desvirtuada para dar uma certeza *a priori* a descobertas particulares. Se assim mal utilizada, iria frustrar o progresso da ciência e conduziria ao não-aproveitamento, em virtude das certezas *a priori*, de visões derivadas de observações empíricas. Os erros e a parcialidade nas bases teóricas da ciência devem ser continuamente revistos à luz dos novos desenvolvimentos nas atividades científicas imediatas. Não se deve permitir que a luz lançada, pelo novo conhecimento fatural, sobre o fundamento teórico seja obscurecida por possíveis obstáculos ao pensamento, derivados da teoria. Descobrimos, mediante o procedimento particularizante da Sociologia do Conhecimento, que a Epistemologia antiga está correlacionada com um modo particular de pensamento. Este é um exemplo da possibilidade de estender nosso campo de visão, permitindo-se às comprovações empíricas recentemente descobertas lançar nova luz sobre nossos princípios teóricos. Estamos assim implicitamente convocados a procurar um fundamento epistemológico apropriado para estes variados modos de pensamento. Além disso, estamos solicitados a descobrir, se possível, uma base teórica sob a qual se possam classificar todos os modos de

pensamento que conseguimos estabelecer no curso da história. Podemos agora examinar até que ponto é verdade que as Epistemologias e Noologias até aqui dominantes fornecem apenas um fundamento específico para um único tipo de conhecimento.

3. A DEMONSTRAÇÃO DA NATUREZA PARCIAL DA EPISTEMOLOGIA TRADICIONAL

a) *A Orientação Para a Ciência Natural como um Modelo de Pensamento.* A particularidade da teoria do conhecimento predominante hoje em dia é, agora, claramente demonstrável pelo fato de terem sido escolhidas as Ciências Naturais como um ideal ao qual todo o conhecimento devesse aspirar. Somente porque a ciência natural, principalmente em suas fases quantificáveis, pode ser amplamente destacada da perspectiva histórico-social do investigador, é que foi elaborado um ideal de conhecimento verdadeiro tal que todas as tentativas para se atingir um tipo de conhecimento que visasse à compreensão de qualidade são consideradas métodos de valor inferior. Pois a qualidade contém elementos mais ou menos entrelaçados com a concepção de mundo (*Weltanschauung*) do sujeito cognoscente. No momento em que as forças histórico-sociais colocam outros tipos de conhecimento no centro de debate, torna-se necessário rever as premissas antigas que foram, se não exclusivamente, pelo menos em grande parte formuladas para o entendimento e justificação das Ciências Naturais. Exatamente como Kant uma vez colocara os fundamentos da Epistemologia moderna indagando a respeito das Ciências Naturais já existentes, "Como são possíveis?", devemos fazer hoje em dia a mesma pergunta com referência ao tipo de conhecimento que busca o entendimento qualitativo e tende, pelo menos, a afetar toda a questão. Devemos, além disso, indagar como e em que sentido podemos chegar à verdade por meio deste tipo de conhecimento.

b) *A Relação entre os Critérios de Verdade e a Situação Histórico-Social.* Estamos aqui em face de uma conexão ainda mais profundamente enraizada entre a Epistemologia, em suas variedades históricas concretas, e a "situação existencial" correspondente. A teoria do conhecimento assume das condições concretas de conhecimento de um período (e, portanto, de uma sociedade) não apenas o seu ideal do que o conhecimento fatural deva ser, mas também a concepção utópica de verdade em geral,

como, por exemplo, sob a forma de uma construção utópica de uma esfera da "verdade em si".

As possíveis utopias e imagens desiderativas de uma época, como concepções do ainda-não-real, estão orientadas para o que já se realizou nesta época (não sendo, por conseguinte, fantasias ocasionais indeterminadas ou resultados da inspiração). Similarmente, o padrão utópico de correção, a idéia de verdade, surge dos modos concretos de aquisição de conhecimento prevalentes em um dado tempo. Assim, o conceito de verdade não permaneceu constante através de todos os tempos, mas foi envolvido no processo histórico de mudança. A fisionomia exata do conceito de verdade, em um dado tempo, não é um fenômeno casual. Antes, constituem-se em indícios, para a construção da concepção de verdade dêsse tempo, os modos de pensamento representativos, bem como sua estrutura, da qual surge uma concepção quanto à natureza da verdade em geral.

Vemos, portanto, que não só a noção de conhecimento em geral depende da forma de conhecimento concretamente prevalente, e dos modos de conhecer nela expressos e aceitos como ideal, mas que, também, o próprio conceito de verdade depende dos tipos de conhecimento já existentes. Assim, com base nestes estágios intermediários, existe um nexó fundamental, embora não imediatamente visível entre a Epistemologia, as formas do conhecer dominantes e a situação sócio-intelectual geral de um tempo. Desta forma, a Sociologia do Conhecimento penetra, em um dado ponto, e através de suas análises por meio do método de particularização, igualmente no domínio da Epistemologia, onde resolve o possível conflito entre as várias Epistemologias, concebendo cada uma como uma subestrutura teórica apropriada meramente a uma só forma dada de conhecimento. A solução final do problema apresenta-se, então, de tal forma que somente após a justaposição dos diferentes modos de conhecimento e de suas respectivas Epistemologias é que se pode elaborar uma Epistemologia mais fundamental e inclusiva.

4. O PAPEL POSITIVO DA SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO

Uma vez que compreendemos que, apesar da Epistemologia ser a base de todas as ciências empíricas, ela somente pode derivar seus princípios dos dados fornecidos por estas, e uma vez que compreendemos, além disso, em que medida a Episte-

mologia foi, até aqui, profundamente influenciada pelo ideal das Ciências Exatas, torna-se, então, evidente o nosso dever de inquirir como o problema será afetado quando se levar em consideração outras ciências. Isto sugere os seguintes argumentos:

Revisão da Tese de que a Gênese de uma Proposição é, em quaisquer Circunstâncias, Irrelevante para a sua Verdade. O dualismo abrupto e absoluto entre "validade" e "existência" — entre "significado" e "existência" — entre "essência" e "fato" é, como se tem indicado várias vezes, um dos axiomas da Epistemologia e Noologia "idealistas" prevalentes em nossos dias. Considerado impermeável, é o obstáculo mais imediato para a utilização não-tendenciosa das descobertas da Sociologia do Conhecimento.

Com efeito, se o tipo de conhecimento representado pelo exemplo $2 \times 2 = 4$ fôr sujeito a exame, a correção desta tese estará bastante bem demonstrada. É verdade, quanto a este tipo de conhecimento, que sua gênese não interfere nos resultados do pensamento. A partir daí, basta um pequeno passo para se construir uma esfera de verdade em si mesma, de tal maneira que ela se torna completamente independente do sujeito cognoscente. Ainda mais, esta teoria da separabilidade do conteúdo de verdade de uma afirmação, das condições de sua origem, tem grande valor na luta contra o psicologismo, já que somente com o auxílio desta teoria é que foi possível separar o conhecido do ato de conhecer. A observação de que se deve manter a gênese de uma idéia separada de seu significado se aplica igualmente na Psicologia descritiva. Somente porque neste campo se poderia demonstrar, em certos casos, que os processos psicológicos que produzem os significados são irrelevantes para a sua validade, é que esta afirmação foi legitimamente incorporada às verdades da Noologia e da Epistemologia. Entre, por exemplo, as leis do mecanismo de associação e o juízo a que se atinge através deste mecanismo associativo existe um hiato, tornando plausível que uma gênese dêste tipo não contribua, em coisa alguma, para a avaliação do significado. Existem, contudo, tipos de gênese que não são desprovidas de significado, e até agora suas peculiaridades não foram analisadas. Assim, por exemplo, pode-se considerar a relação entre a posição existencial e o ponto-de-vista correspondente como uma relação genética, mas num sentido diverso do anteriormente usado. Também neste caso intervém a questão da gênese, visto que não resta dúvida de estarmos lidando, neste caso, com as condições de emergência e de exis-

tência de uma afirmação. Quando falamos da “posição subjacente a um ponto-de-vista”, temos em mente um complexo de condições de emergência e de existência que determina a natureza e o desenvolvimento de uma afirmação. Mas estaríamos caracterizando falsamente a situação existencial do enunciador se deixássemos de levar em consideração o seu significado para a validade da afirmação. Uma posição na estrutura social traz consigo, como já foi visto, a probabilidade de que aquele que a ocupa pense de um certo modo. Significa existência orientada com referência a certos significados (*Sinnausgerichtetes Sein*). Não se pode descrever a posição social em termos isentos de significados sociais como, por exemplo, por mera designação cronológica. 1789, como data cronológica, é completamente sem sentido. Como designação histórica, entretanto, essa data indica um conjunto de acontecimentos sociais significativos que demarcam, por si mesmos, o âmbito de um certo tipo de experiências, conflitos, atitudes e pensamentos. A posição histórico-social somente pode ser adequadamente caracterizada por meio de designações significativas (como, por exemplo, por designações tais como “posição liberal”, “condições proletárias de existência”, etc.). A “Existência social” é, portanto, uma área de ser, ou uma esfera de existência, que a ontologia ortodoxa, que somente reconhece o dualismo absoluto entre, de um lado, o ser desprovido de significado, e, do outro, o significado, não leva em consideração.¹¹ Poderíamos caracterizar uma gênese deste tipo chamando-a “gênese significativa” (*Sinn genesis*) em contraste com a “gênese fatural” (*Faktizitätsgenesis*). Se se tivesse em mente um modelo deste tipo ao se declarar a relação entre ser e significado, não se teria assumido como absoluta, na Epistemologia e na Noologia, a dualidade entre ser e validade. Ao invés disso, teria havido uma série de gradações entre estes dois pólos, onde casos tais como “ser investido de significado” e “ser orientado para significado” teriam encontrado um lugar, sendo incorporados na concepção fundamental.

A próxima tarefa da Epistemologia é, em nossa opinião, a de superar sua natureza parcial, incorporando a multiplicidade de relações entre existência e validade (*Sein und Geltung*), descobertas pela Sociologia do Conhecimento, bem como dar atenção aos tipos de conhecimento que atuam numa região do ser

¹¹ Cf. o ensaio anteriormente referido “Ideologische und soziologische Interpretation geistiger Gebilde”, *loc. cit.*

que está plena de significado e que afeta o valor de verdade das afirmações. Dessa forma, a Epistemologia não é suplantada pela Sociologia do Conhecimento, mas faz-se necessário um novo tipo de Epistemologia que tome em consideração os fatos revelados por aquela.

Ulteriores Consequências da Sociologia do Conhecimento para a Epistemologia. Tendo-se observado que a maioria dos axiomas da Noologia e da Epistemologia dominantes foi adotada das Ciências Naturais quantificáveis sendo, por assim dizer, meras extensões das tendências singularmente características dessa forma de conhecimento, torna-se claro que se deve reformular o problema noológico com referência ao contramodélo de variedades de conhecimento mais ou menos determinadas existencialmente. Pretendemos agora enunciar, em poucas palavras, a nova formulação do problema que julgamos necessária, uma vez que reconhecemos o caráter parcial da Noologia antiga.

A Descoberta do Elemento Ativista no Conhecimento. O fato de se encarar o ato de conhecer, na concepção “idealista” de conhecimento, como principalmente um ato puramente “teórico”, no sentido de percepção pura, encontra suas origens, além de na já mencionada orientação para os modelos matemáticos, no fato de que na base desta Epistemologia está o ideal filosófico da “vida contemplativa”. Não nos podemos preocupar neste momento com a história desse ideal ou com a maneira pela qual a Epistemologia foi, pela primeira vez, permeada pela concepção puramente contemplativa do conhecimento. (Isto requereria o exame da pré-história da lógica científica e do desenvolvimento do filósofo a partir do mago, de quem aquele assumiu o ideal de “visão mística”.) Basta-nos indicar que este grande aprêço pelo que é contemplativamente percebido não é produto “puro” da observação do ato de pensar e saber, mas surge de uma hierarquia de valores baseada numa certa Filosofia de vida. A Filosofia idealista, que representa esta tradição, insistia em que o conhecimento somente era puro quando fôsse puramente teórico. A Filosofia idealista não se perturbava com a descoberta de que o tipo de conhecimento representado pela teoria pura era apenas um pequeno segmento do conhecimento humano, e que, em acréscimo, pode haver conhecimento onde os homens, enquanto pensam, estejam também agindo, e finalmente, que em certos campos o conhecimento somente surge quando e na medida em que ele próprio é ação, isto é, quando a ação é permeada pela intenção do espírito, no sentido de que os conceitos e o aparato

total do pensamento estão dominados e refletem esta orientação ativista. Não o propósito *em acréscimo* à percepção, mas o propósito *na própria* percepção é que, em certos campos, revela a riqueza qualitativa do mundo. Também o fato fenomenologicamente demonstrável de que nestes campos a gênese ativista penetra na estrutura da perspectiva, dela não sendo separável, não poderia dissuadir a Noologia e a Epistemologia antigas de desprezar este tipo de conhecimento, que se integra com a ação, ou de ver nêle apenas uma forma “impura” de conhecimento. (É interessante notar que as conotações da designação “conhecimento impuro” parecem indicar uma origem mágica do termo.) A partir de agora, o problema consiste não em rejeitar este tipo de conhecimento desde o início, mas em considerar a maneira pela qual se deve reformular o conceito de conhecer, a fim de que se possa obter conhecimento, mesmo onde esteja intervindo uma ação intencional. Esta reformulação do problema noológico não pretende abrir as portas da ciência à propaganda e aos juízos de valor. Pelo contrário, quando falamos de intenção fundamental da mente (*intentio animi*), inerente a toda forma de conhecimento, e que afeta a perspectiva, referimo-nos ao irreduzível resíduo do elemento intencional no conhecimento, que permanece mesmo quando se tenha eliminado toda a unilateralidade e as valorações explícitas e conscientes. É evidente por si mesmo que a ciência (na medida em que é livre de valoração) não é um artifício propagandístico e não existe com o propósito de comunicar valorações, mas de determinar fatos. O que a Sociologia do Conhecimento procura revelar é apenas que, depois de o conhecimento se haver libertado dos elementos de propaganda e valoração, êle ainda contém um elemento ativista que, em sua maior parte, não se tornou explícito e não pode ser eliminado, podendo e devendo, no máximo, ser levado à esfera do controlável.

O Elemento Essencialmente Perspectivista em Certos Tipos de Conhecimento. O segundo ponto do qual devemos tornar-nos cientes é o de que, em certas áreas de conhecimento histórico-social, deveria ser encarado como certo e inevitável que uma dada descoberta devesse conter os traços da posição do conhecedor. O problema consiste não em tentar esconder estas perspectivas ou em se desculpar por elas, mas em formular a questão de como, dadas tais perspectivas, o conhecimento e a objetividade são ainda possíveis. Não é uma fonte de erro que, na figura visual de um objeto no espaço, somente possamos, pela

natureza da situação, obter uma visão perspectiva. O problema não é o de como poderíamos chegar a uma figura não-perspectivista, mas o de como, pela justaposição dos vários pontos-de-vista, se pode reconhecer cada perspectiva como tal, atingindo-se, dessa forma, um novo nível de objetividade. Chegamos, assim, ao ponto em que se deve substituir o falso ideal de um ponto-de-vista desvinculado e impessoal pelo ideal de um ponto-de-vista essencialmente humano situado dentro dos limites de uma perspectiva humana, em constante esforço por se alargar.

O Problema da Esfera de Verdade em Si. Examinando a Filosofia de vida que fornece os antecedentes para a Epistemologia e a Noologia idealistas, torna-se claro que o ideal de um domínio da verdade em si (que, por assim dizer, preexiste independentemente de um ato histórico-psicológico de pensamento, e do qual todo ato concreto de conhecer não faz mais que participar) é o último rebento da visão de mundo dualista que, ao lado do nosso mundo de acontecimentos concretos imediatos, criou um segundo mundo acrescentando outra dimensão do ser.

Com a postulação de uma esfera de verdade que seja válida em si mesma (um produto da doutrina de idéias) pretende-se fazer o mesmo, para o ato de conhecer, que a noção de contingente e transcendental fez para a metafísica dualista no domínio da Ontologia, ou seja, postular uma esfera de perfeição que não guarde os estigmas de suas origens e, por cuja medida, todos os acontecimentos e processos se mostrem finitos e incompletos. Mais ainda, assim como nesta metafísica espiritualista extrema, concebia-se a qualidade de “ser humano” como “meramente ser humano” — despido de tudo que fôsse vital, corpóreo, histórico ou social — da mesma forma se fazia a tentativa de estabelecer uma concepção de conhecimento da qual êstes elementos humanos estivessem apartados. É necessário, sempre e mais uma vez, levantar a questão de se podemos imaginar o conceito de conhecer sem levar em consideração o complexo total de traços pelo qual o homem se caracteriza, e de como, sem tais pressupostos, não poderíamos sequer pensar neste conceito, para não falar na realização efetiva de tal ato.

No domínio da Ontologia, nos tempos modernos, esta visão dualista (surgida com o propósito de provar a inadequação “dêste” mundo) foi, além do mais, gradativamente destruída no decurso da pesquisa empírica. Na Noologia e na Epistemologia, entretanto, ela é ainda uma força. Mas, desde que nestes ramos os pressupostos básicos no campo da teoria da ciência não

são, digamos, tão transparentes, acreditou-se que este ideal de uma esfera de validade supra-humana e supratemporal não seria uma construção possível, que emergisse de uma visão do mundo, mas um dado e um pré-requisito essenciais para a interpretação do fenômeno de "pensar". Nossa discussão, neste trabalho, pretende mostrar que, do ponto-de-vista da fenomenologia do pensamento, não há necessidade alguma de se encarar o conhecimento como se fôsse uma intrusão da esfera dos acontecimentos efetivos na esfera da "verdade em si mesma". No máximo, tal construção seria de valor heurístico para os modos de pensamento representados pelo exemplo $2 \times 2 = 4$. Pelo contrário, nossas reflexões têm por objetivo mostrar que o problema de conhecer se torna mais inteligível se nos atemos, estritamente, aos dados apresentados pelo pensar fatural efetivo que desenvolvemos neste mundo (que é o único tipo de pensamento conhecido por nós e que independente desta esfera ideal) e se aceitamos o fenômeno de conhecer como o ato de um ser humano. Em outras palavras, a Sociologia do Conhecimento encara o ato cognitivo em conexão com os modelos aos quais ele aspira em sua qualidade existencial bem como em sua qualidade significativa, e não como uma intuição de verdades "eternas", emergentes de um ímpeto contemplativo, puramente teórico, nem como alguma espécie de participação nestas verdades (como ainda pensou Scheler), mas como um instrumento para se lidar com as situações de vida, à disposição de um certo tipo de ser vivo, em certas condições de vida. Todos os três fatores, a natureza e a estrutura do processo de lidar com as situações de vida, a conformação própria do sujeito (em seus aspectos biológicos, tanto quanto em seus aspectos histórico-sociais) e a peculiaridade das condições de vida, principalmente o lugar e a posição do pensador, influenciam os resultados do pensamento. Mas também condicionam o ideal de verdade que este ser humano é capaz de construir a partir dos produtos do pensamento.

A concepção do conhecimento como um ato intelectual, que somente será completa quando não mais guardar os traços de sua derivação humana, tem, como já havíamos indicado, seu maior valor heurístico naqueles campos onde, como no exemplo $2 \times 2 = 4$, se possa, com maior ou menor justificação, demonstrar fenomenologicamente a existência efetiva das características mencionadas acima. Trata-se, contudo, de um desca-minho, tendendo a obscurecer fenômenos fundamentais, naqueles campos mais amplos do conhecível onde, caso se despreze o

elemento humano histórico, os resultados do pensamento são completamente desvirtuados.

Somente a comprovação fenomenológica, derivada de modelos de pensamento existente, pode ser usada como argumento contra ou a favor de certos conceitos envolvidos no conhecimento. Motivos disfarçados, emergentes de uma determinada visão do mundo, não têm poder algum nesta questão. Não há nenhuma razão para se manter o desdém, em nossa Noologia, por coisas sociais, dinâmicas, temporais, sensuais e corpóreas, características deste tipo de ser humano pressuposto na Filosofia "idealista". Existem, e confrontam-se, no presente momento, dois tipos de conhecimento de significação representativa, havendo, correspondentemente, duas possibilidades de explicação noológica e epistemológica do conhecimento. Seria bom que, por enquanto, estas duas abordagens fôssem mantidas separadas e que se ressaltasse as diferenças entre elas, ao invés de se as minimizar. Somente pelo processo de tentativa e erro se tornará claro qual destas bases de interpretação é a mais sólida, e se chegaremos mais longe se, como foi feito anteriormente, tomarmos como ponto de partida o tipo de conhecimento situacionalmente desvinculado, considerando o condicionado situacionalmente como secundário e sem importância, ou, inversamente, caso encaremos o tipo de conhecimento desvinculado situacionalmente como um caso marginal e específico do situacionalmente condicionado.

Caso fôssemos inquirir das possíveis direções da Epistemologia, se ela seguisse o modelo de pensamento mencionado por último e reconhecesse a "determinação situacional" inerente a certos tipos de conhecimento, dela fazendo a base para suas reflexões posteriores, seríamos confrontados com duas alternativas possíveis. O cientista tem, neste caso, a tarefa de ser o primeiro a tornar explícitas as possibilidades das posteriores implicações de seu problema e de apontar tôdas as eventualidades capazes de entrar no âmbito de sua visão. Deveria contentar-se em somente afirmar o que pudesse determinar sinceramente, no seu estágio presente de penetração no problema. A função do pensador não é a de a qualquer preço pronunciar um julgamento sempre que um novo problema surge pela primeira vez, mas, antes, a de, cômico de que a pesquisa está ainda em andamento, afirmar apenas o que se tornou definitivamente perceptível. Duas são as alternativas que ele pode seguir, uma vez chegado a este ponto.

As Duas Direções da Epistemologia. Uma das duas direções tomadas pelo estudioso da Epistemologia enfatiza a prevalência da determinação situacional, sustentando o caráter radical de tal elemento no curso do progresso do conhecimento social, podendo-se, portanto, esperar que o ponto-de-vista de uma pessoa seja peculiar à sua posição. Isto exigiria a revisão da base teórica do conhecimento pela postulação da tese da estrutura inerentemente relacional do conhecimento humano (da mesma forma que a natureza essencialmente perspectivista dos objetos percebidos visualmente é admitida sem discussão).

Esta solução não implica a renúncia ao postulado da objetividade e à possibilidade de se chegar a decisões nas disputas quanto aos fatos; tampouco envolve a aceitação do ilusionismo de acordo com o qual tudo é aparência e nada pode ser decidido. Implica, isto sim, que esta objetividade e esta competência para se chegar a decisões somente podem ser obtidas por meios indiretos. Não se pretende afirmar que os objetos não existem ou que a confiança na observação é inútil e fútil, mas, pelo contrário, que as respostas que conseguimos para as perguntas feitas à matéria em questão somente são possíveis, em certos casos, de acordo com a natureza das coisas, nos limites da perspectiva do observador. O resultado, mesmo aqui, não é o relativismo, no sentido de que uma afirmação seria tão boa quanto outra. O relacionismo, como é usado por nós, declara que cada afirmação somente pode ser formulada relacionalmente. Somente se torna um relativismo quando está ligado ao antigo ideal estático de verdades eternas, não-perspectivistas, independentes da experiência subjetiva do observador, e quando é julgado por este ideal de verdade absoluta, que lhe é estranho.

No caso do pensamento situacionalmente condicionado, objetividade significa algo bastante diverso e novo: a) há, antes de mais nada, o fato de que, na medida em que observadores diferentes se acham imersos num mesmo sistema, eles irão, com base na identidade de seu aparato categórico e conceptual, e através do universo de discurso comum assim criado, chegar a resultados similares, estando em condições de erradicar como um erro tudo o que diverja desta unanimidade; b) e existe recentemente o reconhecimento do fato de que, quando os observadores possuem perspectivas diferentes, somente se pode obter a "objetividade" de uma maneira mais aproximativa. E, neste caso, o que fora correta mas diversamente percebido pelas duas perspectivas deve ser compreendido à luz das diferenças na estru-

ra dêesses modos variados de percepção. Deve-se fazer um esforço para se encontrar uma fórmula de tradução dos resultados de um nos do outro, e para se descobrir um denominador comum para estes "insights" perspectivistas variáveis. Uma vez encontrado tal denominador comum, é possível separar as diferenças necessárias entre as duas visões, dos elementos equivocados e arbitrariamente concebidos, que também neste caso deveriam ser considerados erros.

A controvérsia em torno dos objetos percebidos pela visão (que, de acordo com a natureza do caso, somente podem ser vistos em perspectiva) não é resolvida ao se estabelecer uma visão não-perspectivista (que é impossível). Resolve-se, ao invés disso, pela compreensão — à luz da visão situacionalmente determinada do próprio indivíduo — de porque o objeto aparece diversamente a cada um, em uma posição diferente. Similarmente, também em nosso campo, obtém-se objetividade pela tradução de uma perspectiva aos termos da outra. É natural que a esta altura devêssemos indagar qual dos vários pontos-de-vista é o melhor. E também para isso há um critério. Como no caso da perspectiva visual, onde certas posições tinham a vantagem de revelar as dimensões decisivas do objeto, também aqui se dá preeminência à perspectiva que permite maior amplitude e maior fecundidade no lidar com os materiais empíricos.

A teoria do conhecimento também pode seguir um segundo caminho pela ênfase nos seguintes fatos: O ímpeto para a pesquisa na Sociologia do Conhecimento pode ser orientado de forma a não tornar absoluto o conceito de "determinação situacional"; antes, pode ser dirigido de tal maneira que, justamente ao descobrir o elemento de determinação situacional das visões em estudo, será dado um primeiro passo para a solução do próprio problema de determinação situacional. Tão logo eu identifique uma visão, que se estabelecera como absoluta, como representando apenas um ângulo de visão, neutralizo, em um certo sentido, sua natureza parcial. A maior parte de nossa anterior discussão deste problema movimentou-se em direção à neutralização da determinação situacional pela tentativa de se erguer acima dela. A idéia da base continuamente a se alargar do conhecimento, a idéia da contínua extensão do *self* e da integração dos vários pontos sociais privilegiados no processo do conhecimento — observações, todas elas, baseadas em fatos empíricos — e a idéia de uma Ontologia que a tudo envolva, a ser procurada — todas se movem nesta direção. Esta tendência na

história social e intelectual está em íntima conexão com os processos de contato e interpenetração grupais. Em seu primeiro estágio, tal tendência neutraliza os vários pontos-de-vista conflitantes (isto é, despoja-os de seu caráter absoluto); em seu segundo estágio, cria, a partir desta neutralização, uma base de visão mais compreensiva e utilizável. É interessante notar que a construção de uma base mais ampla está ligada a um grau de abstração maior e tende, em um grau crescente, a formalizar os fenômenos que nos interessam. Esta tendência formalizadora consiste em relegar, a uma posição subordinada, a análise das afirmações qualitativas concretas que conduzem a uma dada direção, e em substituir, por uma visão puramente funcional modelada a partir de um padrão puramente mecânico, a descrição qualitativa e configurativa dos fenômenos. Esta teoria de abstração crescente será designada como a teoria da gênese social da abstração. De acordo com esta derivação sociológica da abstração (a ser claramente observada na própria emergência do ponto-de-vista sociológico), a tendência para um maior grau de abstração é correlata ao amálgama de grupos sociais. Este ponto é corroborado pelo fato de a capacidade de abstração entre indivíduos e grupos crescer na medida em que são partes de grupos e organizações heterogêneas, em unidades coletivas mais inclusivas, capazes de absorver grupos locais ou de algum modo particulares. Mas tal tendência para a abstração em um nível mais alto permanece ainda de acordo com a teoria da determinação situacional, por isso que o sujeito absorvido neste pensamento não é de forma alguma uma "mente em si mesma" absolutamente autônoma, mas, pelo contrário, um sujeito cada vez mais inclusivo, que neutraliza os anteriores pontos-de-vista particulares e concretos.

Todas as categorias justificadamente formuladas pela Sociologia Formal são produtos desta operação neutralizante e formalizadora. A conclusão lógica desta abordagem é que, no final, ela vê apenas um mecanismo formal em operação. Assim, para citar um exemplo da Sociologia Formal, dominação é uma categoria que somente pode ser abstraída a partir das posições concretas das pessoas envolvidas (isto é, o dominador e o dominado), porque se contenta em enfatizar a inter-relação estrutural (o mecanismo, por assim dizer) do comportamento envolvido no processo de interação. O que faz, ao operar com conceitos tais como sub ou super-ordenação, força, obediência, sujeição, etc. O conteúdo qualitativo da dominação em concreto

(que imediatamente apresentaria a "dominação" num contexto histórico) não se torna acessível por meio desta fórmula, e somente poderia ser adequadamente retratado se o dominado tanto quanto o dominador relatasse quais foram suas experiências nas situações em que vivem. Pois nem mesmo as definições formais que descobrimos flutuam no ar diluído; pelo contrário, elas surgem dos problemas concretos de uma situação. Surge a esta altura a noção, que evidentemente precisa de verificação detalhada, de que o problema do perspectivismo concerne principalmente ao aspecto qualitativo de um fenômeno. Devido, entretanto, a que o conteúdo dos fenômenos sócio-intelectuais é primariamente significativo, bem como a que o significado é percebido em atos de compreensão e interpretação, podemos dizer que o problema do perspectivismo na Sociologia do Conhecimento se refere, antes de mais nada, ao que é compreensível nos fenômenos sociais. Mas não estamos com isto de forma alguma indicando um campo estreitamente circunscrito. Os fatos mais elementares da esfera social ultrapassam em complexidade as relações puramente formais, e somente podem ser compreendidos com referência a conteúdos e significados qualitativos. Em suma, o problema da interpretação é um problema fundamental.

Mesmo onde a formalização se adiantou ao máximo e onde estamos preocupados com simples relações, existe ainda um mínimo de evidências da direção geral de interesse do investigador, as quais não puderam ser totalmente eliminadas. Por exemplo, Max Weber, ao classificar os tipos de conduta, distinguindo entre as condutas "tradicional" e "racional com relação a fins", estava ainda exprimindo a situação de uma geração na qual um grupo havia descoberto e dado ênfase valorativa às tendências racionalistas do capitalismo, enquanto outro, comprovadamente compelido por motivações políticas, descobria o significado da tradição, enfatizando-a em detrimento da anterior. O próprio interesse no problema de uma tipologia da conduta surge dessa situação social particular. E quando descobrimos que justamente estes tipos de conduta foram assinalados e formalizados exatamente nesta direção, devemos buscar a fonte desta tendência para a abstração na situação social concreta da época, que se preocupava com o fenômeno de conduta visto sob este ângulo. Se outra época houvesse tentado uma sistematização formal dos tipos de conduta, ela haveria de chegar a uma tipologia bastante diversa. Em outra situação histórica, diferentes abstrações teriam sido descobertas e assinaladas num complexo total de aconte-

tecimentos. Em nosso entender, a Sociologia do Conhecimento não precisa, em virtude de suas premissas, negar a existência ou a possibilidade do pensamento formalizado e abstrato. Precisa apenas mostrar que, também sob este aspecto, o pensamento não é independente da "existência", pois não é um objeto supra-social ou sobre-humano, exprimindo-se em categorias "em si" nesta tipologia. Pelo contrário, as neutralizações das diferenças qualitativas entre os pontos-de-vista variáveis, emergentes de certas situações definidas, resultam em um esquema de orientação que somente permite emergir, à superfície da experiência e do pensamento, a certos componentes formais e estruturais dos fenômenos. De uma forma rudimentar, já se pode observar tal processo nas regras de etiqueta e intercurso social, que surgem espontaneamente do contato entre grupos diferentes. Também neste caso, quanto mais efêmeros os contatos tanto menor a preocupação com a compreensão qualitativa da relação mútua, que é a tal ponto formalizada que se torna uma "categoria formal sociológica", por assim dizer, apenas indicando o papel específico da relação. A outra parte é meramente encarada como um "embaixador", um "estrangeiro" ou um "condutor de trem". No intercurso social somente reagimos ao outro com referência a estas características. Em outras palavras, em tais casos a formalização é, ela mesma, uma expressão de certas situações sociais, e a direção adotada pela formalização (quer escolhamos sua função, como fazemos no caso do "embaixador", como a de representante político, quer, como no caso do "estrangeiro", destaquemos seus traços étnicos) é dependente da situação social, que, mesmo de uma forma diluída, penetra nas categorias usadas por nós. De forma similar, pode-se observar que, em jurisprudência, a lei formalizada toma o lugar da justiça informal — que emerge de solicitações concretas e representa um juízo qualitativo derivado da situação, exprimindo o sentido de direito de uma comunidade — sempre que uma economia de troca atinge o ponto em que sua própria existência depende de se saber de antemão o que será a lei. A partir de então, torna-se menos importante fazer justiça total em cada caso, em sua singularidade absoluta, do que ser cada vez mais corretamente capaz de classificar e submeter cada caso a categorias formalizadas preestabelecidas.

Como já se havia indicado, ainda não estamos atualmente em condições de decidir a questão referente a qual das duas alternativas, mencionadas acima, uma teoria científica do conheci-

mento será forçada a seguir, em vista da natureza dos dados empíricos. Em qualquer dos dois casos, entretanto, teremos que considerar a determinação situacional como um fator inerente ao conhecimento, assim como a teoria do relacionismo e a teoria da base cambiante do pensamento. Em qualquer dos dois casos, devemos rejeitar a noção de que exista uma "esfera de verdade em si" por ser uma hipótese injustificável e desintegradora. É instrutivo notar que as Ciências Naturais parecem estar, sob muitos aspectos, em uma situação bastante análoga, principalmente se usarmos como base para nossa comparação a interpretação de sua condição presente tão habilmente apresentada por W. Westphal. No seu ponto-de-vista, uma vez descoberto que nossos padrões convencionais de aferição, tais como relógios, etc., e a linguagem cotidiana a eles associada somente são possíveis e utilizáveis neste plano de orientação cotidiana e de senso comum, começou-se a compreender que na teoria dos quanta, por exemplo, onde lidamos com a medição de elétrons, é impossível falar-se de um resultado formulado independentemente do instrumento de aferição usado. Pois neste último caso se interpreta o instrumento aferidor como um objeto influenciando, ele mesmo, e relevantemente, a posição e a velocidade dos elétrons a serem aferidos. Assim surgiu a tese de que as aferições de posição e velocidade somente podem ser expressas em "relações indeterminadas" (Heisenberg) que especificam o grau de indeterminação. Mais ainda, o passo seguinte dessa idéia foi negar a asserção, estreitamente aliada ao método antigo de pensar, de que os elétrons *em si mesmos* devem ter, na realidade, caminhos bem definidos, devido a que tais asserções "em si" pertencem àquele tipo de asserções totalmente sem conteúdo que, para sermos exatos, comunicam um tipo de imagem intuitivamente derivada, mas completamente desprovida de conteúdo, uma vez que não se lhes pode tirar consequência alguma. Argumentava-se que o mesmo se aplicava ao enunciado de que os corpos em movimento devem ter uma velocidade absoluta. Mas desde que, de acordo com a teoria da relatividade de Einstein, esta não é, em princípio, determinável, tal enunciado, à luz da moderna teoria, se equipara a essas asserções vazias, tais como a tese de que, em acréscimo ao nosso mundo, existe outro mundo que, em vista de sua natureza, é inacessível à nossa experiência.

Se prosseguíssemos nessa linha de pensamento, surpreendentemente similar à nossa própria linha por seu relacionismo não-formulado, o estabelecimento do postulado lógico de que exista

uma esfera de "verdade em si" parece tão difícil de justificar como todos os demais dualismos existenciais vazios, antes mencionados. Realmente, desde que somente vejamos determinabilidades relacionais em todo o domínio do conhecimento empírico, a formulação de uma esfera do "em si" não terá conseqüências de espécie alguma para o processo de conhecer.

5. PROBLEMAS DE TÉCNICA DE PESQUISA HISTÓRICO-SOCIOLÓGICA NO CAMPO DA SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO

A mais importante tarefa da Sociologia do Conhecimento, no momento, é demonstrar sua capacidade efetiva de pesquisa no campo histórico-sociológico. Neste campo, precisa elaborar critérios de exatidão para estabelecer verdades empíricas e assegurar seu controle. Deve sair do estágio em que se ocupa com intuições casuais e generalizações grosseiras (tais como a primitiva dicotomia envolvida na afirmação de que, de um lado, temos o pensamento burguês, do outro, o pensamento proletário, etc.) mesmo que isso implique sacrificar sua clareza simplificadora. Neste particular, pode e deve aprender com os métodos e resultados do procedimento preciso das disciplinas filológicas, e com os métodos da história da arte, em particular com a sucessão estilística.

Nesta última, os métodos de "datar" e "localizar" as diferentes obras de arte estão especialmente adiantados, e *mutatis mutandis* muito há que se aprender com eles. A tarefa básica da pesquisa na Sociologia do Conhecimento, neste sentido, é determinar os vários pontos-de-vista que gradativamente surgiram na história do pensamento e que estão, constantemente, em processo de mudança.

Estas várias posições são determinadas pelo método da imputação. Isto implica uma concepção nítida da perspectiva de cada produto do pensamento e a colocação da perspectiva assim estabelecida em relação com as correntes de pensamento de que é parte. Por sua vez, estas correntes de pensamento devem ser referidas, por sua vez, às forças sociais que as determinam (êste passo não foi ainda executado pela história da arte em seu domínio próprio).

A tarefa de imputação pode ser conduzida em dois níveis. O primeiro (*Sinngemässe Zurechnung*) trata dos problemas gerais de interpretação. Reconstrói os estilos de pensamento e

perspectivas integrais, investigando expressões singulares e registros de pensamento que pareçam estar relacionados a uma *Weltanschauung*, que eles expressam. Torna explícito todo o sistema implícito nos segmentos separados de um sistema de pensamento. Quanto aos estilos de pensamento que não se mostram abertamente parte de um sistema fechado, êste primeiro nível descobre a unidade de visão subjacente. Mesmo depois disto feito, ainda não se resolveu completamente o problema da imputação neste nível. Mesmo se, por exemplo, tivermos conseguido demonstrar que na primeira metade do século XIX a maioria das atividades e produtos intelectuais pode, a partir de seus significados, ser classificada e imputada à polaridade de pensamentos "liberal" e "conservador", ainda surgiria o problema de esta referência explícita a uma visão central, que atua puramente em um nível intelectual, corresponder efetivamente aos fatos. É bem possível que um investigador, partindo dos fragmentos de expressão, consiga construir os dois sistemas fechados e antitéticos do pensamento conservador, de um lado, e do pensamento liberal, do outro, apesar de que os liberais e conservadores daquela época pudessem, de fato, não ter absolutamente pensado daquela forma.

O segundo nível de imputação (*Faktizitätszurechnung*) opera presumindo que os tipos ideais construídos pelo processo acima descrito são hipóteses indispensáveis à pesquisa, indagando, então, até que ponto os liberais e conservadores pensavam efetivamente nestes termos, e em que medida, em casos individuais, tais tipos-ideais eram efetivamente concebidos em seu pensamento. Todos os autores da época acessíveis para nós devem ser examinados sob êste ponto-de-vista e, em cada caso, deve-se proceder à imputação com base nas combinações e cruzamentos de pontos-de-vista a serem encontrados em suas afirmações.

O consistente prosseguimento desta tarefa de imputação irá produzir, a seu término, o retrato concreto do curso e direção do desenvolvimento efetivamente ocorrido. Revelará a história real dêstes dois estilos de pensamento. Êste método oferece o máximo de confiança na reconstrução do desenvolvimento intelectual, uma vez que analisa em seus elementos o que a princípio era meramente uma impressão sumária do curso da história intelectual, e, ao reduzir esta impressão a critérios explícitos, torna possível a reconstrução da realidade. Consegue, dessa forma, assinalar, subseqüentemente, as forças anônimas e desarticuladas que operam na história do pensamento. E o faz, entretanto,

não meramente na forma tôca de conjeturas, nem em termos narrativos (que ainda é o nível de nossa história cultural ou política), mas, antes, na forma da determinação controlável dos fatos. É claro que, justamente no processo de investigação detalhada, é que muito do que antes parecia certo se torna problemático. Assim, por exemplo, pode haver muita controvérsia, em face do caráter ambivalente dos tipos mistos, quanto ao estilo ao qual deveriam ser imputados. Entretanto, a fecundidade do método histórico no estudo dos estilos artísticos não é refutada, sendo antes fortalecida, quando surgem questões com respeito a se o trabalho de certos artistas deve ser imputado à Renascença ou ao Barroco.

Uma vez constituídas as estruturas e tendências dos dois estilos de pensamento, teremos pela frente a tarefa de sua imputação sociológica. Como sociólogos, não tentamos explicar as formas e variações do pensamento conservador simplesmente pela referência à *Weltanschauung* conservadora, por exemplo. Pelo contrário, buscamos em primeiro lugar derivá-las da composição dos grupos e estratos que se expressam por tal modo de pensamento. E, em segundo lugar, buscaremos explicar o impulso e a direção do desenvolvimento do pensamento conservador pela situação estrutural e pelas mudanças que ela sofreu num todo maior, historicamente condicionado (tal como a Alemanha, por exemplo), bem como pelos problemas constantemente variáveis levantados pela estrutura em mudança.

Levando constantemente em consideração todos os vários tipos de conhecimento, ordenando desde as iniciais impressões intuitivas até a observação controlada, a Sociologia do Conhecimento busca obter uma compreensão sistemática da relação entre a existência social e o pensamento. A vida inteira de um grupo histórico-social apresenta-se como uma configuração interdependente; o pensamento é apenas sua expressão, e a interação entre estes dois aspectos da vida é o elemento essencial na configuração, devendo-se investigar suas detalhadas interconexões, se se pretende compreendê-la.

A frente daqueles que fazem progredir a Sociologia do Conhecimento e a história sociológica das idéias estão os estudiosos que, em suas pesquisas específicas, utilizam um método consciente para lidar com materiais concretos. A controvérsia relativa a problemas particulares de imputação na Sociologia do Conhecimento comprova a transição do nível de conjeturas impressionistas para o estágio da pesquisa empírica efetiva.

6. BREVE ESBOÇO DA HISTÓRIA DA SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO

As causas mais essenciais que deram emergência à Sociologia do Conhecimento já foram tratadas nas páginas precedentes. Devido a ser uma disciplina surgida das exigências do desenvolvimento social, é claro que as atitudes e passos intelectuais que conduziram até ela foram dados vagarosamente, sob as mais diversas condições e em épocas diferentes. Devemos aqui nos confinar exclusivamente aos nomes e fases mais importantes de sua história. A Sociologia do Conhecimento surgiu realmente com Marx, cujas contribuições profundamente sugestivas atingiram o cerne da questão. Entretanto, em sua obra, a Sociologia do Conhecimento é ainda indistinguível do desmascaramento das ideologias, visto que, para ele, os estratos e classes sociais eram os portadores de ideologias. Além do mais, apesar de aparecer no interior do quadro de uma dada interpretação da história, a teoria da ideologia não fôra ainda consistentemente elaborada. A outra fonte da moderna teoria da ideologia e da Sociologia do Conhecimento pode ser encontrada nos rasgos intuitivos de Nietzsche, que combinou observações concretas neste campo com uma teoria de impulsos e uma teoria do conhecimento que fazia lembrar o pragmatismo. Também ele realizou imputações sociológicas, utilizando como categorias principais as culturas "aristocráticas" e "democráticas", atribuindo a cada uma certos modos de pensamento.

Partindo de Nietzsche, as linhas de desenvolvimento levam às teorias dos impulsos originais de Freud e Pareto e aos métodos desenvolvidos por eles, encarando o pensamento humano como distorções e como produtos de mecanismos instintivos. Uma corrente similar, conduzindo ao desenvolvimento da teoria da ideologia, pode ser notada no positivismo, que conduz de Ratzehofer, através de Gumpłowicz até Oppenheimer. Jerusalem, que estimulou discussões mais recentes, pode ser igualmente considerado entre os positivistas. Não viu, entretanto, as dificuldades do problema, surgidas com o historicismo e com a posição de Dilthey nas Ciências Culturais.¹²

¹² Os trabalhos representativos desta tendência, inclusive as investigações dos sociólogos franceses referentes ao "pensamento primitivo", não são aqui tratados.

O método da Sociologia do Conhecimento foi elaborado de uma forma mais cuidadosa em duas linhas principais: a primeira por intermédio de Lukács, que volta a Marx e trabalha os fecundos elementos hegelianos contidos em sua teoria. Atingiu dêsse modo uma solução bastante fértil, esquemática e dogmática do problema, mas que padecia da unilateralidade e das vicissitudes de uma dada Filosofia da História. Lukács não ultrapassou Marx, na medida em que deixou de distinguir entre o problema do desmascaramento das ideologias, de um lado, e a Sociologia do Conhecimento, do outro. Constitui mérito de Scheler a tentativa, ao lado de muitas observações valiosas, de integrar a Sociologia do Conhecimento à estrutura de uma visão de mundo filosófica. Deve-se, entretanto, dar principalmente ênfase à realização de Scheler na direção de um avanço metafísico. Isto responde pelo fato de êle mais ou menos ignorar os conflitos internos inerentes a esta nova orientação intelectual e as implicações dinâmicas e novos problemas daí emergentes. É verdade que êle desejava fazer tãda a justiça à nova perspectiva aberta pela Sociologia do Conhecimento, mas sòmente na medida em que ela pudesse ser conciliada com a Ontologia, a Metafísica e a Epistemologia que êle representava. O resultado foi um esbôço sistemático e grandioso, cheio de profundas intuições, mas carente de um método de investigação claro e praticável, apropriado a uma ciência cultural sociològicamente orientada.

Se nesta sumária apresentação da Sociologia do Conhecimento não a apresentamos em tãda a sua variedade, mas sòmente na forma pela qual o autor a concebe e tal como foi elaborada nas primeiras quatro partes dêste livro, é porque desejamos apresentar o problema da forma mais unificada possível a fim de facilitar sua discussão.

IMPRESSO PELOS ESTABELECIMENTOS GRÁFICOS BORSOI S.A., INDÚSTRIA E COMÉRCIO, À RUA FRANCISCO MANUEL, 51/55, RIO DE JANEIRO, GE, EM ABRIL DE MIL NOVECENTOS E SETENTA E DOIS PARA

ZAHAR EDITORES